

O PENSAMENTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Rodrigo Ruiz SANCHES*

RESUMO: O objetivo deste artigo é verificar o debate em torno da democracia no Brasil. O período focalizado são as décadas de 1920 e 1930. É nesse momento que observamos uma efervescência não só política, mas cultural e literária. Destacamos, nesse período, as principais linhas de um debate em torno da democracia e a polarização dos intelectuais em duas correntes: o pensamento político autoritário e o pensamento político democrático. Procuramos fazer um diálogo entre Holanda e dois dos intelectuais mais importantes e influentes de cada corrente; de um lado, Oliveira Vianna e, de outro lado, Gilberto Freyre. Encontramos vários pontos de divergências entre eles quanto a questão democrática brasileira. Com isso, destacamos a posição radicalmente democrática de Sérgio Buarque de Holanda num período extremamente autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda; Democracia no Brasil; Intelectuais; Gilberto Freyre; Oliveira Vianna.

SUMMARY: This article aims at verifying the discussion around the democracy in Brazil. The focused period is the 1920 and 1930 decades. It is at this moment that we observe not only a political effervescence as well as cultural and literary. We highlight, at this period, the main lines of a discussion around democracy and the polarization of the intellectuals into two chains: the authoritarian political thought and the democratic political thought. We attempted to make a dialogue between Holanda and two of the most important and influent intellectuals of each chain; from one side, Oliveira Viana and, from the other side, Gilberto Freyre. We found several points of divergency between them related to the issue of the Brazilian democracy. After all we highlight the radically democratic position of Sérgio Buarque de Holanda in an extremely authoritarian period.

*Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - 14800-901 - Araraquara/SP. Orientadora: Eliana Maria de Melo Souza.

KEY WORDS: Sérgio Buarque de Holanda, Democracy in Brazil, Intellectuals, Gilberto Freyre, Oliveira Viana.

Nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil, como observa CANDIDO (1989), houve um “convívio íntimo” entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas. Houve também uma admiração dos intelectuais, às vezes de modo explícito, pelas correntes comunistas e fascistas: “Muitas vezes o espiritualismo católico levou o Brasil dos anos 30 à simpatia pelas soluções políticas de direita, e mesmo fascistas, como foi o caso do Integralismo” (p.31). Por outro lado, ele observa que, neste período, também houve um grande interesse pelas correntes de esquerda como, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora. Esse interesse pelos assuntos de esquerda está comprovado pelo aumento considerável de títulos publicados relacionados a temas como anarquismo, sindicalismo, marxismo, movimento operário, que aparecem nas livrarias, juntamente com traduções e a formação de uma corrente marxista brasileira, como é o caso de Caio Prado Jr.

Para MACHADO (1976), todas as obras de interpretação do Brasil são livros de crise¹, isto é, ligados a um momento da crise nacional em face à expansão do capitalismo mundial. Para ele, tal crise aparece quando se torna consciente para a existência do atraso ou subdesenvolvimento.

Tratava-se de encontrar, pela reflexão histórica e sociológica, as causas ou origens do desajuste entre o Estado e a Sociedade, o “Brasil legal” e o “Brasil real”. O debate em torno dessa questão é polarizado naquilo que ficou conhecido como “pensamento político autoritário” e “pensamento político democrático”. Embora seja simplificado analisar tal período dessa forma, acreditamos que isto nos ajudará a discutir o impasse que nossa própria história intelectual enfrentou. É lógico que mesmo aqueles intelectuais que se situam numa mesma corrente, apresentam divergências entre si. Mas nos fixaremos no ponto em comum entre eles. O ponto em comum dos representantes do pensamento autoritário é a descrença de uma solução, por vias democráticas, para o impasse “Estado e sociedade”. A marca do pensamento autoritário está no fortalecimento e intervenção do Estado, em detrimento da sociedade. Inversamente, a corrente democrática acreditava que não existia um impasse entre Estado e sociedade, mas estavam resolutos a superar nossos problemas por vias democráticas, através da ampliação da participação popular e das reformas institucionais. O que percebemos nos anos 20 e 30, é a polarização dos intelectuais em torno

¹ Essa também é a opinião de MOTA (1998).

dessas duas correntes. Notamos que tal debate vai além do mundo das idéias. Os discursos e as práticas políticas dos intelectuais desse período são, a partir de agora, o foco de nossa análise.

Pensamento político autoritário

Prevalecia nos anos 30 uma concepção autoritária de democracia. Essa posição ficou conhecida como “pensamento político autoritário”. Para LAMOUNIER (1977), o pensamento autoritário foi formado a partir da Primeira República. São ensaios histórico-sociológicos que criticam o modelo constitucional de 1891, tendo em vista a ação política e a proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional. Os seus representantes mais notáveis são Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. A marca dessa geração é, sem dúvida, expressa através do fortalecimento do poder político central. A tese de Lamounier é que tais autores, embora muito diferentes, tinham uma “ideologia autoritária” comum: “O conceito de ‘ideologia de Estado’ pode ser visto como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste [XX]” (p.356). Para ele, o que é comum na bibliografia brasileira é atribuir sentido “ideológico” somente aos grupos de extrema direita e extrema esquerda, ou seja, somente a minorias fortemente intelectualizadas e possuidoras de um projeto explícito de mudança política. O conceito de “ideologia de Estado” de Lamounier pretende exatamente acentuar o contraste com a matriz ideológica à qual se opõe: o Mercado: “O fulcro da ideologia de Estado é, ao contrário, o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas”. (p. 358)

Nacionalistas podem ter um pensamento “irrelevante, descolado do mundo real e com uma insuficiência conceitual e metodológica”, isso devido ao descrédito das idéias autoritárias. Apesar disso, Lamounier reconhece a importância desses autores para a história do pensamento político no Brasil: “O pensamento político do período deve ser entendido como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (p.356). Essa importância também é verificada de três formas: pela importância que tais autores tiveram na difusão e na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; pela impulsão dada às elites culturais de uma corrente antiliberal; pela “prática política” ou “ação

política” nas transformações institucionais verificadas após a Revolução de 1930.

Esses autores têm inspiração nas correntes de pensamento filiadas aos modelos deterministas europeus do início do século, como Ratzel e Gobineau. De um modo geral, viam nas instituições democráticas um obstáculo às transformações estruturais que se impunham à sociedade brasileira. Nossa sociedade era um corpo enfermo, amorfo e desorganizado, um agregado social sem autonomia e dinamismo. Para organizar essa sociedade, seria necessário um remédio forte e eficaz.

Para REZENDE (1996), o pensamento conservador elabora críticas à democracia liberal: “Nos anos 20, já se definiam concepções de democracia centrada na relação massa/elite que invadiu o pensamento político dos anos 20 e 30” (p.16). Cabia à elite comandar a nação, já que ela estaria mais preparada para exercer tal função. Isso era justificado pela concepção de superioridade e inferioridade racial. Conforme afirmou Wilson Martins, citado por Rezende, a questão da democracia na década de 20, e nos primeiros anos da década de 30, vinha associada aos problemas das raças e, mais especificamente, do negro. O regime forte era tido como único propício às condições raciais que prevaleciam no Brasil. Fundado no princípio da superioridade racial dos brancos, um governo forte era tido como o único capaz de dirigir uma nação de mestiços. (p.17). Por sermos uma sociedade composta, em sua maioria, de mestiços, era essa a desculpa para termos um Estado centralizado que conseguisse organizar esse caldeirão de raças, que não conseguiam autogovernar-se.

Realmente aquele que teve mais influência dentro da corrente conservadora foi Oliveira Vianna. Segundo a leitura dos dois de seus principais textos, *Populações meridionais do Brasil e Instituições políticas brasileiras*, podemos destacar algumas características que demonstram o autoritarismo do pensamento dominante no Brasil. Oliveira Vianna queria demonstrar a inviabilidade do governo representativo democrático na sociedade brasileira. A defesa do Estado autoritário, em Vianna, sustentava-se em dois argumentos: no primeiro, a democracia é o resultado da sedimentação cultural de práticas tradicionais de *self-government* desde as comunidades aldeãs medievais até os modernos Estados democráticos europeus, especialmente anglo-saxões, e não mero artifício legislativo; no segundo, a nossa formação histórica seguiu um roteiro totalmente inverso ao das sociedades européias; desde a ausência absoluta da prática do autogoverno no nível municipal até a origem centralizada e não representativa do nosso Estado nacional, tudo conspirou contra o idealismo democrático de nossas elites políticas, o mais das vezes preocupadas apenas

com a representação dos seus interesses privados. Para completar essa incompatibilidade com o sistema democrático, Vianna apresenta o conceito de “clã eleitoral”, que é uma forma compósita de organização política, composta por um conjunto incoordenado e desarticulado de fazendeiros, vivendo cada um a sua vida econômica e social autônoma. Os clãs rurais são a transposição, para o plano político, das células básicas da nossa organização social. Eles não tinham nenhum interesse público e tornaram-se a célula-mater da nossa vida pública².

A solução para tal impasse seria a criação de Estado que represente um centro de forças independentes dos grupos políticos, centralizado com um Poder Judiciário forte e autônomo:

“Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o País pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”. (VIANNA, 1952, p.45)

Dessa forma, o Estado surge como promotor da integração nacional, o agente por excelência da “formação da nação”. Para ele, a massa mestiça brasileira seria incapaz de se autogovernar dentro das regras abstratas e complexas do regime representativo. Vianna não via qualquer possibilidade de construção de Estado nacional com base em um sistema representativo com sufrágio universal, muito menos com uma estrutura administrativa descentralizada como a da república oligárquica.

Como é sabido, Holanda, em *Raízes do Brasil*, trava um diálogo, muitas vezes áspero, com Oliveira Vianna. As posições dos dois autores são bem díspares. Vianna via no ruralismo, no clã rural, o nosso caráter nacional. Ao enfatizar o caráter dinâmico dos processos sociais, Holanda situa no próprio “país real” a possibilidade de mudança, de modernização – coisa que Vianna não admitiria. Criticou a tese, defendida por Vianna, da falta de vocação dos portugueses para a democracia e o governo local, assim como a mistificação do povo-massa dos autores integralistas. Tratou de desmistificar a visão oligárquica da historiografia brasileira, que entrevia, por exemplo, na obra de Vianna. Holanda também escreve quatro artigos sobre Oliveira Vianna, onde reafirma sua crítica às “posições radicalmente antidemocráticas do autor”. Segundo Holanda:

² Esse tema da organização política nacional é retomado em Instituições políticas Brasileiras, na qual ele faz a distinção entre “país legal” e “país real” VIANNA (1987).

"Foi por julgar odiosas e, mais do que isso, altamente contagiosas, certas posições antidemocráticas abraçadas por Oliveira Vianna em um momento em que a crise ainda muito recente dos regimes totalitários havia deixado no seu rescaldo inúmeras frustrações, já prontas para, a qualquer momento, ressuscitá-las com redobradas forças, que me impus a tarefa de criticar severamente seu novo livro [Populações meridionais no Brasil]". (1979,p.13)

Vimos que o pensamento político autoritário teve uma importância grande no debate

das décadas de 20 e 30. Esse pensamento autoritário encontra eco nas elites dirigentes, que são fortemente influenciadas por seu discurso político. Agora, veremos que essa corrente vai além do discurso político. Muitos deles se destacaram pela prática política, atuando em partidos políticos, organizações ou mesmo como funcionários do Estado.

A prática política dos intelectuais

É MICELI (1979) quem faz um estudo sobre o pensamento político autoritário e a sua relação com a política nos anos 30. Chamado por ele de "intelectuais reacionários", eles têm, na verdade, uma dupla condição: a de políticos profissionais e intelectuais. Com a derrota da oligarquia paulista em 1930 e em 1932, os membros do PRP passaram às fileiras dos movimentos radicais à direita e à esquerda enquanto alguns de seus antigos companheiros foram cooptados para cargos de cúpula da administração pública federal. Enquanto isso, os membros do Partido Democrático tiveram a oportunidade de continuar prestando sua colaboração política à oligarquia. Aqueles que, por motivo da derrota da oligarquia na década de 30, foram alijados das carreiras políticas de maior prestígio, se uniram em torno de partidos ou organizações políticas "radicais" (como a Ação Integralista Brasileira) que pretendiam, por via autoritária, restaurar as relações de forças vigentes antes de 1930. Por estarem muito próximos ao partido, sendo até militantes, tais intelectuais não tinham a distância necessária para ver a realidade das transformações que acarretariam a derrota da oligarquia:

"A maioria dos jovens intelectuais que se tornaram militantes nas organizações 'radicais' de direita durante a década de 30, eram bacharéis livres [intelectuais que não

dispõem de quaisquer trunfos sociais senão a posse de um diploma superior e de uma competência em Ciências Sociais] e letrados que estavam desnordeados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico". (MICELI, 1979, p.25)

Outros dois tipos de intelectuais destacados por Miceli são os educadores profissionais e os pensadores autoritários. Os primeiros foram as únicas categorias de intelectuais convocadas pela elite burocrática em virtude de sua competência e do saber que dispunham em suas respectivas áreas de atuação. Os autoritários, pertencentes a antigas famílias dirigentes, utilizavam-se desses laços sociais para converterem seus pontos de vista em ortodoxia ideológica, aliados à ruptura com as doutrinas e modelos jurídicos então dominantes:

"Os pensadores autoritários eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesses de autopreservação da fração de classe a que pertenciam". (p.31)

Incluem-se, nesta corrente, autores de trajetórias políticas díspares e provenientes de setores diferentes da classe dirigente. Publicistas são jovens pensadores que logravam ser os mentores intelectuais da classe dirigente. Os principais artífices eram Oliveira Vianna e Azevedo Amaral: "Falavam em nome da elite burocrática, na crença de que a organização do poder nas mãos do Estado viria substituir-se ao entrecchoque de interesses privados, habilitando seus representantes a auscultar os reclamos do conjunto da sociedade". (p.35)

Miceli destaca, ainda, a participação de pessoas oriundas dos grupos de esquerda, como alguns elementos da liderança anarquista. Como eles tinham experiência em comando de sindicatos e direção de órgão de representação, com a sua cooptação, tentava-se esvaziar seu poder contestatório. A contratação desses servidores fazia parte do projeto de controle do movimento operário.

Miceli, ao classificar todos os intelectuais que participaram do governo Vargas, de autoritários, acabou generalizando a discussão, pois, conforme notou Coutinho³, é equivocada a idéia de que a situação de funcionário público acarretasse, por si só, posições políticas reacionárias.

³ COUTINHO (1981).

Em um outro estudo sobre a relação entre os intelectuais e a política, PÉCAUT (1990) afirma que os intelectuais, segundo suas ideologias, podiam ser elite quando necessário, ou povo quando conveniente. Isso ocorre, segundo o autor, devido ao posicionamento dos intelectuais, classe situada entre o povo e o Estado, que também podem estar a favor do governo, ou contra ele.

Os intelectuais das décadas de 20 e 30, em sua grande maioria, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Diversamente à geração que a antecedeu, que eram dependentes perante o Império e viviam um isolamento no início do século XX, estas elites estiveram, neste período, mais perto do poder, exercendo ou não algum cargo, mas tendo aquilo que Pécaut chamou de “vocação para elite dirigente”.

Pécaut observa, em diversas declarações, que, entre o ofício de intelectual e o de governante, existe uma profunda semelhança. Nestas declarações, aparece a preocupação dos intelectuais em defender sua classe e tomar para si a responsabilidade de dirigir as massas, já que elas não estão prontas para se autogovernar. Assim, é também uma forma de declararem sua candidatura a postos de direção política, confirmada pelo estatuto de fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, que menciona a necessidade de uma “participação direta dos intelectuais no governo da República”.

Neste período, o que se observa é a preocupação dos intelectuais quanto à “realidade nacional”, “construção da nação”, “organização da nação”, o “realismo”. Neste ponto, os chamados “autoritários” têm lugar de destaque: “Os intelectuais e teóricos do regime de 1930 concordavam em querer uma política que não deixasse lugar algum à arbitrariedade dos interesses e paixões democráticas” (p.22). Essa “ideologia de Estado”⁴ opõe-se aos mecanismos de “mercado” e a auto-regulação social. Segundo Pécaut, os motivos que levaram grande parte dos intelectuais a aderirem a uma “ideologia de Estado”, foram:

"Desconfiança em relação ao funcionamento do capitalismo da época ou condenação por princípios de sua lógica; dúvida sobre a viabilidade do liberalismo político no Brasil ou antipatia doutrinária em relação às próprias premissas do liberalismo; temor inspirado pela multiplicação anárquica de interesses particulares ou pessimismo devido à desorganização do social". (p.55)

⁴ Segundo LAMOUNIER (1987).

Daí o sucesso que os intelectuais autoritários despertaram em uma parte de nossa elite dirigente nos anos próximos à Revolução de 30, que, convicta do fracasso de uma democracia, se inspirou nesses intelectuais que, além da base teórica do governo Vargas, também teriam participação no governo.

No Integralismo, os intelectuais (em sua maioria católicos) de todos os escalões, da direção à base, chegaram a formar uma boa parte de seus adeptos, sendo que seus discursos se dirigiam às classes médias. Pécaut assinala que o “Integralismo” não é o mesmo que “totalitarismo”. Pécaut, citando Miguel Reale, define Estado integral como aquele que exprime o fato de “que entre o Estado e o indivíduo se verifica uma cessão recíproca de faculdades em prol à realização de fins éticos comuns” e que “o todo não deve absorver as partes (totalitarismo), mas integrar os valores comuns, respeitando os valores comuns, respeitando os valores específicos e exclusivos (Integralismo)” (p.67). Pregavam um corporativismo e um Estado fortes, tendendo para um autoritarismo desmobilizador. Paralelamente à ascensão do movimento Integralista, o getulismo ganhava força e cada vez mais adeptos, até que, em 1937, com o Estado Novo, tal movimento se enfraquece por diversas razões.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935 sob a égide do PCB, atraiu também vários intelectuais e membros das classes médias. Proclamou uma aliança aberta a todos os antifascistas e organizou a insurreição armada à maneira tenentista, abrindo também um largo espaço aos militares da reserva e da ativa. Em 1944, permitiu uma aproximação com o getulismo: a ruptura com as origens anarquistas e operárias, rejeição do liberalismo, a insistência nacionalista, adesão ao Estado como agente de transformação.

Muitos intelectuais não se posicionaram nem de um lado nem de outro. Dentre os liberais, havia aqueles que, em nome do anticomunismo, admitiram apoiar o endurecimento do regime. Pécaut cita Armando Sales de Oliveira, que afirma, em 1936, em nome do Partido Constitucionalista, baseado em São Paulo: “A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembléia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar” (p.76). Fernando de Azevedo, também citado por Pécaut, exprimindo as posições das elites liberais dentro da Universidade de São Paulo, afirma: “Temos que substituir a democracia liberal e parlamentar por uma democracia mais próxima da democracia direta [democracia real], não somente política, mas político-econômica, com instituições sindicalistas ou corporativistas obrigatórias”. (p.88)

Procuramos, anteriormente, demonstrar a importância do pensamento político autoritário para o debate em torno da democracia. Na verdade, o que pretendemos apresentar, foi a ausência desse debate, verificado pelo discurso político de seus membros, principalmente Oliveira Vianna. Além disso, vimos a prática política dos intelectuais das décadas de 20 e 30, que eram atuantes e se filiaram a partidos políticos e organizações, e foram membros do Estado. Para o pensamento autoritário, há um impasse entre Estado e sociedade, e a única solução era um Estado forte que conduzisse a nação à modernidade. Nesse sentido, exclui-se qualquer solução por via democrática.

A partir de agora, veremos como Sérgio Buarque de Holanda⁵ se destaca neste período, pois, ao contrário do pensamento autoritário, ele acreditava na democracia, não como forma de governo, e, sim, como forma de sociedade, por isso é considerado o maior expoente do pensamento político democrático.

O pensamento democrático de Sérgio Buarque de Holanda

Sem dúvida, aquele que destacou a posição “radicalmente democrática” de Sérgio Buarque de Holanda, foi Antonio Candido. Candido é considerado um dos mais importantes intérpretes da obra sergiana. Para ele, o Brasil possui um pensamento conservador articulado:

“Esse sólido pensamento conservador está ligado a um traço dramático da nossa história, que é o conservadorismo sempre atuante na mentalidade e na ação (...) é que somos regidos pela mentalidade senhorial, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente”. (CANDIDO,1988, p.64)

Pertencendo a uma “tradição radical progressista de classe média”⁶, Candido rompe com os quadros intelectuais anteriores, e é considerado por Mota um marco cultural. Candido considera seu grupo como uma vertente “crítica, crítica e mais crítica”, e é ainda “mais propriamente analítica e funcional” do que a geração anterior. Apontava, no caso do Brasil, três tendências que poderiam vir a ser perniciosas, como de fato vieram a ser: as filosofias idealistas,

⁵ Esse artigo é parte de minha dissertação de mestrado SANCHES (2001) que teve como objetivo analisar a questão da democracia em Raízes do Brasil e Do Império à República.

⁶ MOTA (1998).

a sociologia cultural e a literatura personalista. Dadas suas posições radicais, Candido escapa incólume a duas das principais vertentes ideológicas em que nutriu o pensamento progressista: a vertente gilbertiana, nos anos quarenta, e a vertente nacionalista, nos anos cinquenta.

A posição política de Antonio Candido aparece na seguinte declaração: “Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das idéias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário”. (MOTA, 1998, p.225)

Sérgio Buarque de Holanda destaca-se neste período, pois “se coloca contra a onda dominante, que ou era o fascismo ou o comunismo, e seu livro era radicalmente democrático” (CARDOSO, 1993, p.29-30). Em uma entrevista dada à Revista *Veja*, em 1976, Holanda diz:

"A idéia básica de Raízes do Brasil era a de que não teria havido democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na História do Brasil, mas uma que mexesse mesmo com toda a estrutura social e política vigente". (p.3)

Raízes do Brasil pode ser lido tanto como uma crítica ao autoritarismo da sociedade brasileira que vinha desde nossas raízes, quanto ao autoritarismo que se fortalecia nos anos 30, por isso a expressão “radical”. Radical é o termo usado por CANDIDO (1990) para designar alguns autores como Sérgio Buarque de Holanda:

"Pode-se chamar radicalismo, no Brasil, o conjunto de idéias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. O radicalismo seria um corretivo da tendência predominante nessas sociedades, que consiste em canalizar as reivindicações e as reformas, deformando-as por meio de soluções do tipo populista, isto é, as que manipulam o dinamismo popular a fim de contrariar os interesses do povo e manter o máximo possível de privilégios e vantagens das camadas dominantes". (p.4)

Em outro momento, CANDIDO (1988) define radicalismo:

"Chamo aqui de radical o pensamento que visa à transformação da sociedade num sentido de igualdade e

justiça social, implicando a perda de privilégios das camadas dominantes. Com uma particularidade: este pensamento se desenvolve nos setores progressistas das classes médias, não é propriamente revolucionário, no sentido marxista estrito. Mas pode ser condição para o êxito de uma transformação revolucionária". (p.63)

Candido afirma que no Brasil não há pensador radical, o que existe, são “radicais parciais, radicais esporádicos, radicais intermitentes”. Para ele, alguns pensadores apresentam “momentos de radicalidade”, como: Joaquim Nabuco (*O Abolicionismo*), Tobias Barreto (*Discurso em mangas de camisa*), Sílvio Romero (*Evolucionismo e Positivismo no Brasil*), Manoel Bonfim (*A América Latina*), Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*). Candido destaca, ainda, momentos de radicalidade na obra de Alberto Torres, considerado conservador, pois manifestava-se contra o racismo e valorizou o mestiço ao seu modo, posição contrária à época, pois estavam em voga as teorias racistas e pseudo-científicas.

Em outro artigo, CANDIDO (1998) reforça, mais uma vez, a posição radicalmente democrática de Holanda. Analisando o último capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Nossa Revolução”, Candido observa que é nesse capítulo que aparece, claramente, sua posição política, sua crítica aos integralistas, fascistas, comunistas e liberais, e sua perspectiva diante do futuro do Brasil. Candido destaca, na obra, dois aspectos para a solução de cunho democrático-popular brasileira: o primeiro, é o fim da tradição colonial luso-brasileira, reverenciada por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, portanto, uma posição de cunho conservador. O segundo aspecto é o inclusão das massas populares nas decisões político-sociais. Para Holanda, nossa revolução deveria ser um movimento de baixo para cima, e não o contrário, como tem sido o traço dominante da prática política brasileira. A insistência na ampliação do espaço público dos setores populares e a inclusão das massas populares nas decisões político-sociais dá sustentação à posição radicalmente democrática, que se destacava, pois a visão em voga era a liberal, na qual cabia à elite esclarecida o papel de dirigente do País, e ao povo, por ser ignorante, cabia obedecer a este despotismo classista. Outro destaque de Candido, é quanto à diferença de “explicação do Brasil” naquela época. Holanda destaca-se mais uma vez pelo fato de seu livro *Raízes do Brasil*, além de ser uma análise do passado, também se tornar uma compreensão do presente, e até uma aposta para o futuro, diferente dos livros que somente ficavam na interpretação do passado como *Casa Grande e Senzala e Populações Meridionais do Brasil*, de Gilberto Freyre e Oliveira

Vianna, respectivamente.

Sérgio Buarque de Holanda sempre foi um homem da esquerda⁷. Em toda sua vida, participou diretamente dos agrupamentos democráticos de esquerda ou, pelo menos, manifestou seu apoio. Posicionou-se contra a ditadura Vargas, ficando do lado da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em 1942, participou da fundação da Associação Brasileira de Escritores, que visava a defender os direitos profissionais daquela classe, e também lutara pela volta das liberdades democráticas. Holanda foi um dos membros fundadores do Partido Socialista, em 1947, sendo até candidato a deputado, não por vontade própria. Implantada a ditadura em 1964, ele sempre se posicionou contra. Em 1969, alguns professores foram compulsoriamente aposentados e ele, em um ato de protesto e solidariedade, também pediu aposentadoria, pois já tinha tempo para isso. A sua opção socialista fica clara, mais uma vez, ao participar da fundação do Partido dos Trabalhadores⁸, em 1980. Segundo Holanda, seu pai era muito autoritário: “O que sou hoje, acho que é uma reação contra a lembrança deste autoritarismo”. (ANDRADE, R.,1987,p.86)

Sérgio Buarque de Holanda é, sem dúvida, o maior representante desse pensamento político democrático. Exatamente por pensar a sociedade brasileira por vias democráticas, em geral, alguns autores o aproximam de Gilberto Freyre. Essa comparação, sem dúvida, foi inaugurada por Antonio Candido no prefácio de *Raízes do Brasil*, de 1967.

Para COSTA (1992), a resposta da intelectualidade democrática ao argumento autoritário deveria desdobrar-se em uma dupla análise: “1) numa reinterpretação da “formação colonial” do País e suas implicações em termos das “potencialidades democráticas” dessa sociedade mestiça e desigual; e 2) numa proposta de reforma (ou revolução) política democrática que articulasse uma nova estrutura institucional para o Estado a uma composição de forças sociais e políticas capaz de garantir estabilidade e operacionalidade ao regime” (p.227). Para Costa, um pensamento democrático que não leva em conta essa dupla condição, tende a cair na falácia do “institucionalismo” jurídico, típico do liberalismo político, construindo um “país legal” por sobre e contra o “país real” ou a girar em falso num dilema do tipo, “cultura política autoritária” versus “cultura política democrática”, em detrimento de uma valorização explícita da esfera institucional.

⁷ Seguimos aqui a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda sugerida por CANDIDO (1998).

⁸ DULCI (1998).

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre volta aos primórdios da colonização empreendida pelos portugueses. Freyre mergulha na sociedade colonial para entendê-la como o embrião de uma sociedade nova e original. Ele pretendia demonstrar que a hereditariedade de raça tinha um peso quase nulo na explicação de nosso “caráter social” e que isso derivava, em grande medida, da “hereditariedade de família”, da família patriarcal. Freyre fez uma análise racial do povo brasileiro, afirmando que a nossa mestiçagem tem um caráter original, pois, graças a ela, conseguimos nos adaptar nos trópicos. Por fazer uma análise positiva de nossa mestiçagem, ele vai contra a explicação em voga, que explica o motivo de nosso atraso, exatamente à tal mestiçagem. Na realidade, o que se observa, no Brasil, é uma fusão cultural, que nos deu uma identidade original.

O resultado desse processo de miscigenação é o caráter “plástico”, adaptativo, não conflitual e essencialmente “democratizante”. A valorização positiva da miscigenação foi a prova maior da plasticidade do empreendimento colonizador, condição de adaptabilidade ao trópico e elemento de integração da sociedade. Essa plasticidade passa a constituir um “processo de equilíbrio de antagonismos” que permitia “o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas ou antes antagonicas de cultura”.

Freyre não acreditava que a nossa modernização viria com uma superação de uma situação tradicional. Ele procura a acomodação, conciliação da sociedade plástica, que tem uma formação histórica, e não a sua ruptura, defendida por Holanda, que acredita que a separação entre a vida social e a vida política é a responsável pela inexistência de democracia no Brasil. Freyre tratará somente da vida social, deixando de lado a vida política. Holanda não via como “as explicações raciais possam, por si sós, levar a grande coisa no estudo dos fatores culturais” (1978, p.80). Para COSTA (1992), Freyre, ao decidir-se por uma abordagem histórico-sociológica, não analisou a questão democrática e as propostas autoritário-estatais, decisão esta decorrente de uma posição metodológica e política, e não como uma falha.

Também REZENDE (1996), empreende uma comparação entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa comparação tende para uma análise bem diferente e que se baseia em dois pontos: O primeiro é quanto ao plano teórico-metodológico. Segundo Rezende, em uma resenha de *Sobrados e Mocambos*, Holanda afirma que Gilberto Freyre utilizou um realismo excessivo que acabou por acentuar o aparente, o casual e o excêntrico. O fundamental, para o autor de *Raízes do Brasil*, era a elaboração de uma análise desmistificadora do passado, justamente o que Freyre não tinha feito. O segundo ponto, para a

autora, é que Gilberto Freyre trabalhava com as condições que favoreceram a existência de uma democracia social e racial no Brasil. Já Holanda, ao aprofundar os estudos das peculiaridades de nosso sistema político, ressaltava a ausência de bases sociais para a democracia. Para Holanda, as instituições políticas são fundamentais, além de um sistema representativo eficaz, um parlamento não fraudulento, um sistema eleitoral com menos imperfeições possíveis, etc., enquanto, para Freyre, as instituições democráticas não tinham de fato nenhum papel. Os traços oligárquicos do passado não foram um entrave para a nossa democratização, segundo Freyre. E é exatamente esse um dos grandes problemas apontados por Holanda. Para Freyre, o fato de haver indivíduos que, independentemente de cor ou raça, galgavam, pelo talento, os mais altos postos, era tido como prova concreta da existência de elementos democratizantes. Enquanto isso, Holanda pensava esse “talento” como privilégio, pois aqueles que conseguiam altos postos eram, em geral, oriundos das camadas dominantes. Para Freyre, o patriarcalismo oligárquico tinha nos deixado como herança uma tradição democrática, enquanto, para Holanda, esse mesmo patriarcalismo foi um entrave para a nossa democracia⁹.

Procuramos, nesse artigo, apresentar o pensamento político democrático de Sérgio Buarque de Holanda. O contexto histórico estudado foi as décadas de 20 e 30 do século XX, no Brasil. Este foi um período de grande efervescência cultural e literária, marcado pelo discurso político e pela prática política dos intelectuais, polarizados naquilo que chamamos de pensamento político autoritário e pensamento político democrático. Daí o destaque dado a Sérgio Buarque de Holanda que, nadando contra a corrente, elaborou uma obra histórico-política preocupada com as condições de possibilidade da democracia no Brasil, afastando-se do pensamento autoritário de Oliveira Vianna, e também do pensamento culturalista de Gilberto Freyre.

Para CANDIDO (1990), Holanda é um socialista democrático:

"Creio que Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite".
(p.18)

Antonio Candido, juntamente com Maria Odila Leite Dias e Antonio

⁹ (REZENDE,1996).

Arnoni Prado podem ser considerados os grandes intérpretes da obra sergiana. Cada um, a seu modo e em sua área específica, destaca a importância de Holanda para as Ciências Sociais brasileiras. Candido detém-se na interpretação de *Raízes do Brasil*, contribuindo com a conotação de “radical democrático”. Já Dias, historiadora, destaca a produção histórica de nosso autor, contribuindo com a formulação “figurantes mudos” (os oprimidos) presente no prefácio de Holanda ao livro de Davatz. E, por fim, Prado que se deteve na reunião, publicação e análise da vasta produção de crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, R.M.F. Singularidade e simplicidade de Sérgio. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 6, ano 3, 1987.

AVELINO FILHO, G. As raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.18, set., 1987.

BARBOSA, F.A (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CANDIDO, A. Radicalismos. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, n.8, jan./abr., 1990.

_____ A revolução de 30 e a cultura. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ Sérgio, o radical. In: **Sérgio Buarque de Holanda vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ IEB-USP, 1988.

_____ A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan.1998. Caderno Mais.

CARDOSO, F.H. Livros que inventaram o Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 37, 1993.

CARVALHO, M.V. **Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas.

COSTA, V.M.F. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 26, 1992.

COUTINHO, C.N. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. **Temas de Ciências Humanas**, 1981.

DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda – historiador. In: **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.n.51).

_____ *Raízes do Brasil*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar.1987. Caderno Cultura.

- DULCI, L.S. Sérgio Buarque de Holanda petista. In: **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1995a.
- _____ A democracia é difícil. **Revista Veja**. São Paulo, 28 jan., 1976.
- _____ **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____ **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____ **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cias das Letras, 1995.
- _____ **Tentativa de mitologias**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República – uma interpretação. In: **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, Tomo III, v.2. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).
- _____ Raízes do Brasil. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 3, n.6, 1987.
- MACHADO, B.P. Raízes do Brasil – uma releitura. **Revista Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.12, dez., 1976.
- MICELI, S. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- MONTEIRO, P.M. **A queda do aventureiro: aventura e cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999
- MORAES NETO, P. O lado oposto e outros lados. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, 1987.
- MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1998.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- REZENDE, M.J. A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, n.3, 1.sem, 1996.
- SANCHES, R.R. **A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda**. 2001. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.
- VIANNA, O **Populações meridionais no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- _____ **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: Itatiaia/EDUFF/EDUSP, 1987.